

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
COORDENAÇÃO DE LETRAS**

**ANA LAURA FERNANDES
JÚLIA VITÓRIA FERREIRA MELÃO**

**HISTÓRIA, LITERATURA E GÊNERO: O PROTAGONISMO
FEMININO NO SÉCULO XIX A PARTIR DAS PERSPECTIVAS DE
LALAU E CAPITU.**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Pato Branco, Paraná

2021

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
COORDENAÇÃO DE LETRAS**

**ANA LAURA FERNANDES
JÚLIA VITÓRIA FERREIRA MELÃO**

**HISTÓRIA, LITERATURA E GÊNERO: O PROTAGONISMO
FEMININO NO SÉCULO XIX A PARTIR DAS PERSPECTIVAS DE
LALAU E CAPITU.**

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de Letras da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Pato Branco, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em Letras - Português/Inglês

Orientador: Prof. Dr. Marcos Hidemi de Lima

Pato Branco, Paraná

2021

Ficha catalográfica

A large, empty rectangular box with a thin black border, occupying the central portion of the page. It is intended for the entry of a catalog card.

Elaborada pela bibliotecária Cleide Bezerra



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Câmpus Pato Branco



DEFESA PÚBLICA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

LETRAS – PORTUGUÊS/INGLÊS

FOLHA DE APROVAÇÃO

Autor(a): ANA LAURA FERNANDES; JÚLIA VITÓRIA FERREIRA MELÃO

Título: HISTÓRIA, LITERATURA E GÊNERO: O PROTAGONISMO FEMININO NO SÉCULO XIX A PARTIR DAS PERSPECTIVAS DE LALAU E CAPITU

Trabalho de conclusão de curso defendido e **APROVADO** em 19/08/2021,

pela comissão julgadora:

Prof. Dr. Marcos Hidemi de Lima - UTFPR Pato Branco
Orientador(a) e Presidente da Banca

Prof. Dr. Wellington Ricardo Fioruci – UTFPR Pato Branco
Membro da Banca Examinadora

Profa. Dra. Claudia Marchese Winfield – UTFPR Pato Branco
Membro da Banca Examinadora

Obs: O aluno deverá encaminhar, no prazo de **5 (cinco) dias úteis** a contar da data da defesa, **exemplar definitivo do TCC**, para arquivamento, conforme as normas definidas pelo Regulamento do Curso e normativa da Biblioteca da UTFPR.

VISTO E DE ACORDO:

Prof.^a M.^a Rosangela Aparecida Marquezi
Responsável pelo Trabalho de Conclusão de Curso

OBS.: A FOLHA DE ASSINATURA ORIGINAL ENCONTRA-SE ARQUIVADA NA COORDENAÇÃO DO CURSO, COM AS DEVIDAS ASSINATURAS.

À nossa família,
pelos momentos de incentivo.

Por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres.

Rosa Luxemburgo

RESUMO

FERNANDES, Ana Laura. MELÃO, Júlia Vitória Ferreira. **História, Literatura e Gênero: o protagonismo feminino no século XIX a partir das perspectivas de Lalau e Capitu**. 2021. 44f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras Português/Inglês) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco.

Este trabalho pretende, a partir da análise das obras literárias *Casa Velha* (1885) e *Dom Casmurro* (1899) de Machado de Assis, investigar a trajetória das personagens femininas Lalau e Capitu, dentro do contexto literário/social em que estão inseridas e, por conseguinte, efetuar reflexões que visam reconhecer, portanto, como a estrutural social, mais especificamente a familiar, está refletida no romance do século XIX. Os apontamentos deste trabalho – que servem de aporte à nossa análise – se embasam nas teorias e nas reflexões críticas de John Gledson (1986, 1991), Mary Del Priore (1997), Roberto Schwarz (2000), Antonio Candido (1998), Alfredo Bosi (1999), entre outros. Em suma, esta pesquisa tem o intuito de traçar encontros e desencontros entre as personagens que estão inseridas na ficção machadiana e presas na rede do patriarcado.

Palavras-chave: patriarcalismo; figuras femininas, Machado de Assis; Lalau; Capitu.

ABSTRACT

FERNANDES, Ana Laura. MELÃO, Júlia Vitória Ferreira. **History, Literature and Gender: the female protagonism of the 19th century from the perspectives of Lalau and Capitu.** 2021. 44p. Work of Conclusion Course (Graduation in Degree in Portuguese / English Languages) – Federal Technology University – Paraná. Pato Branco.

This work intends, from the analysis of the literary works *Casa Velha* (1885) and *Dom Casmurro* (1899) by Machado de Assis, to investigate the trajectory of the female characters Lalau and Capitu, within the literary / social context in which they are inserted and, by consequently, the reflections carried out aim to recognize, therefore, how the social, more specifically the familiar structure, is reflected in the novel of the 19th century. The observations of this work are based on the critical theories of John Gledson (1986, 1991), Mary Del Priore (1997), Roberto Schwarz (2000), Antonio Candido (1998), Alfredo Bosi (1999), among others. In short, this research traces encounters and disagreements between characters who are inserted in fiction trapped in the network of patriarchy.

Keywords: patriarchy; female figures; Machado de Assis; Lalau; Capitu.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 A CONDIÇÃO FEMININA NO SÉCULO XIX	13
1.1 A EDUCAÇÃO	
1.2 O CASAMENTO	16
1.3 O PATRIARCALISMO NA SOCIEDADE OITOCENTISTA	
17	
1.4 OS DIREITOS CIVIS DA MULHER NO SÉCULO XIX	19
2 A IMPORTÂNCIA SOCIAL DA PERSONAGEM MACHADIANA	21
2.1 O PROTAGONISMO FEMININO DE LALAU E CAPITU	24
3 DUAS MULHERES MACHADIANAS	25
3.1 LALAU E A LÓGICA DO FAVOR EM <i>CASA VELHA</i>	25
3.2 A PERSONALIDADE INERENTE DE CAPITU EM <i>DOM CASMURRO</i>	28
3.3 ENCONTROS E DESENCONTROS ENTRE LALAU E CAPITU	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS	42

INTRODUÇÃO

A literatura emaranha-se com a história, assim os acontecimentos da sociedade e o que rodeia um escritor vira produto de sua arte. O escritor é permeado por um contexto social e político que lhe toca no fundo da garganta e assim só lhe resta gritar o que se passa em seu cotidiano. A literatura é feita por quem transpassa o tempo dando realidade à ficção e contextualiza o passado.

Neste sentido, Machado de Assis apresenta suas críticas ao mundo, ao que parece ser simples cotidiano aos olhos de quem pouco interpreta, mas ao mesmo tempo se torna um poço fundo de significações sobre um mesmo ângulo. Assim, é apresentado ao leitor os problemas da sociedade por meio da representação escolhida para seus personagens. Machado encontra na sociedade brasileira do século XIX figuras que renderam assuntos e acontecimentos para a construção de suas obras, utilizou-se de médicos, escravos, seminaristas como representação fiel da sua problemática oitocentista.

Segundo Gledson, estudioso machadiano e crítico literário: “Machado, como muitos outros romancistas do século XIX, desejava retratar a natureza e o desenvolvimento da sociedade em que vivia” (1986, p. 16). Assim, tão importante quanto o historiador, aquele que traz na literatura abordagens necessárias a respeito da sociedade, e assim, possibilita transformação social ao fugir do padrão que lhe acometeu por décadas.

Na sociedade brasileira do século XIX, marcada pela intolerância com as mulheres, Machado criou personagens resolutas e polêmicas a fim de trazer um protagonismo crítico para sua construção literária. Trouxe em seus escritos mulheres de personalidades marcantes que abordam as diversas facetas da representação feminina da época. É pertinente considerarmos como o protagonismo feminino é abordado em diferentes obras, no qual uma se complementa à outra dando ênfase à condição feminina da sociedade vigente. E neste sentido, Machado assumia em sua literatura uma personalidade de discordância aos atributos impostos às mulheres.

Mesmo com as diversas revoluções de pensamento que aconteceram na metade do século XIX, o olhar sobre o papel feminino ainda era austero e repressor. É importante salientar os contrastes nas concepções a respeito do homem e da mulher nessa época. De um lado, existia a supervalorização do homem, e do outro, a minimização da mulher. Ao ser vista pelos olhos do marido e como propriedade dele, a mulher era condenada a uma vida submissa.

No que tange aos conceitos da sociedade, as mulheres eram frágeis e indefesas e por isso eram criadas sob a ideia de que deveriam se sujeitar aos cuidados do homem como proteção à sua condição. Essa atitude de impor a submissão da mulher era alimentada pelo impasse causado pelo seu julgamento e pelo estereótipo dos moldes femininos. Embora não fossem uma obrigação, os valores morais das mulheres eram medidos pelo grau de engajamento a certos preceitos do papel feminino na sociedade e como essas se portavam conforme o *script*. Nesse âmbito, podemos instaurar um vínculo entre as personagens Lalau e Capitu, respectivamente presentes nos romances *Casa Velha* e *Dom Casmurro*, à resistência aos padrões impostos.

Para esse estudo, vamos ponderar esses atos de resistência a ligações de personalidade que fortificam uma personagem na outra, quando uma se torna referência ou até mesmo uma releitura da outra, sendo também um significado de que as representações transformam nossa capacidade de enxergar além do papel feminino que está imposto nesta sociedade, e como podemos ter como referência outras mulheres que se complementam em sua história a fim de florescer o empoderamento. É como se Machado criasse as duas protagonistas para que uma lembrasse a outra ou para que uma se inspirasse na outra, levando à percepção de uma estreita relação entre as suas personagens, que implicitamente explicam como é ser mulher no século XIX lidando com a soberania patriarcal.

Diante dessa sociedade, Machado faz de suas personagens figuras marcantes, revolucionárias em sua forma. Em ambas as obras machadianas, temos um acervo rico da construção da representação da figura feminina na literatura do século XIX. Essa relação entre as obras traz uma visão ampliada de como a mulher é percebida diante da sociedade ao longo dos anos. Essa percepção também faz parte da construção literária, pois é ela quem nos conta as facetas da sociedade pelos olhos de quem lê o mundo, isto é, os escritores. É por meio da trajetória de Capitu e Lalau que as relações de gênero podem ser notadas e com esse recorte histórico é possível perceber como a construção literária machadiana também tendia para uma busca da transformação de perspectiva na sociedade em que ele viveu. Nas entrelinhas de suas representações as personagens contam sobre suas angústias, os sonhos, as conquistas e a relevância das vozes femininas na sociedade.

As personagens possibilitam uma compreensão de como a mulher vem se integrando em diferentes lugares com o passar do tempo, visibilidade essa que só foi conquistada diante de

lutas e imposições. Portanto, a análise é necessária para que exista a possibilidade de uma maior reflexão a respeito da inserção da mulher na sociedade.

Entende-se que é de suma importância a necessidade de se debater e trazer ao cotidiano análises críticas de como a sociedade vem se moldando ao longo do tempo e o que essas transformações implicam em nossas escolhas e julgamentos mesmo na contemporaneidade. Entender como a sociedade se relacionava e como a mulher era vista pode nos trazer a compreensão de como muitos de nossos reflexos ainda estão enraizados em nossos preceitos antepassados, analisar duas personagens distintas em contexto diferente de um século passado e comparar com nossas experiências atuais é a parte fundamental para que debates levantados aqui possam dar alguma orientação para quem busca transformar questões pertinentes a não repetição de um padrão antigamente predisposto de nossos antecessores.

Portanto, é necessário que essas abordagens sejam cada vez mais presentes em nosso meio, visto que algumas deficiências na contemporaneidade trazem à tona o que precisamos reaver e refletir para que a nossa sociedade se desenvolva e se liberte de pensamentos limitados e opressores.

A Literatura é uma maneira de problematizar questões pertinentes à sociedade e fatos históricos de uma determinada época. Apesar de a obra literária ser ficcional e não tratar de personagens que de fato existiram, é uma forma de expressão de aspectos do mundo humano baseada em determinada cultura. Nicolau Sevcenko, em seu trabalho sobre Literatura Moderna, escreve:

O estudo da literatura conduzido no interior de uma pesquisa historiográfica, todavia, preenche-se de significados muito peculiares. Se a literatura moderna é uma fronteira extrema do discurso e o prosaísmo dos desajustados, mais do que o testemunho da sociedade, ela deve trazer em si a revelação dos seus focos mais candentes de tensão e mágoa. Deve traduzir no seu âmago mais um anseio de mudança do que mecanismos da permanência, enquanto a historiografia procura o ser das estruturas sociais, a literatura fornece uma expectativa do seu vir-a-ser. (1999, p.23).

Ou seja, a literatura é produto do seu tempo e é reflexo e reação do contexto histórico e social em que os autores se inserem. Deste modo, mesmo que a obra literária pertença à esfera ficcional, ela traz muitas situações comuns à época em que se passa. A literatura provoca questionamentos como: De que forma a sociedade se constituía? Quais os problemas mais comuns e as soluções encontradas, os dilemas internos e sociais presentes na época e, principalmente, a forma como a relação indivíduo/cultura se estabelecia a partir da interdependência entre eles?

Nesse sentido, como a literatura representa o momento histórico em que se insere, entre vários autores do século XIX, Machado de Assis revela-se um escritor interessante por sua capacidade de apreender alguns elementos relacionados à órbita feminina e à repercussão das conquistas das mulheres na sociedade, demonstrando que o século XIX foi importante no que tange às mulheres, uma vez que, nas linhas e entrelinhas das narrativas escolhidas para este estudo, patenteia-se o processo de conquista de espaço pelas mulheres. Assim, o presente trabalho procura abordar o que significou ser mulher no século XIX pelo olhar machadiano e pelo viés literário. Vale destacar que Machado retratou tanto figuras femininas que cumpriam fielmente o esperado pela sociedade como outras que lutavam por mais independência.

Considerando que a literatura é um campo amplo de estudos e críticas, as análises apontadas neste trabalho são embasadas em referenciais teóricos de estudiosos literários, como John Gledson (1986, 1991), Mary Del Priore (1997), Roberto Schwarz (2000), Antonio Candido (1998), Alfredo Bosi (1999), Nicolau Sevcenko (1999), Simone de Beauvoir (2009), entre outros autores. Estes autores apresentam apontamentos pertinentes para agregar aos nossos assuntos considerações válidas para construção das afirmações. A propósito, não somente esses nomes, mas muitos outros, que vieram a desenvolver suas próprias críticas e complementam as reflexões sobre a obra machadiana por meio de novas e produtivas interpretações. Noutras palavras, os precursores de estudos literários abrem portas para que seus sucessores possam vir a ter uma noção ampliada de quantos lados uma mesma obra literária pode ter. Sendo assim, os autores aqui mencionados são pioneiros em nossas ideias por nos encaminhar para as nossas próprias conclusões.

A partir disso, o presente trabalho tem como objetivo avaliar a trajetória das personagens Lalau e Capitu e a construção de um raciocínio de sobrevivência ou até mesmo de emancipação da mulher. Além disso, buscamos verificar o contexto literário/social em que as personagens - Lalau e Capitu - estão inseridas, procurando compreender o significado da resistência feminina em uma sociedade oitocentista ainda assinalada pelo patriarcado e dominada pelo valor.

1 A CONDIÇÃO FEMININA NO SÉCULO XIX

Para compreender a condição feminina no século XIX, é necessário traçar um panorama de como era a vida das mulheres nessa sociedade em seus diferentes âmbitos como o casamento, a educação e os direitos civis. A situação feminina era frágil visto que, além das omissões sociais quanto à conduta masculina, havia uma insegurança jurídica enorme para a mulher. Além de que, o discurso da mulher como o sexo frágil se inicia justamente neste período como afirma Mary Del Priore:

Por sua vez, o discurso normativo médico sobre o funcionamento do corpo feminino apoiava o discurso da Igreja na medida em que indicava como função natural da mulher, a procriação. Fora desta, restava-lhe o lugar da exclusão: a melancolia ou a luxúria. Ao estatuto biológico da mulher, o discurso médico procurava associar outro, moral e metafísico: esta tem um temperamento comumente melancólico, é um ser débil, frágil, de natureza imbecil e enfermiça. (1997, p. 151)

Fica evidente assim que não só o discurso médico inferiorizava a mulher e a reduzia apenas a procriação, bem como a Igreja também. Neste sentido, é notável que as ordens eclesiásticas direcionaram a culpa do pecado original a uma mulher, Eva, que na mitologia judaico-cristã foi instrumento do Diabo, e mostrou-se inferior, pois deixou-se enganar e enganou seu companheiro fazendo-o perder o paraíso. Assim, esse discurso de que a mulher possui um caráter maléfico e promíscuo, que precisava ser disciplinado foi concretizado, e passou a fazer parte de vários artigos teólogos, médicos e científicos. Ainda o clero contribuía para a anulação feminina por meio do casamento, como analisa Lordello:

A mulher brasileira branca do século XIX aparecia como um ser despersonalizado, com atividade circunscrita ao lar e à Igreja, salvo pouquíssimas exceções. Sua situação era de subserviência, até jurídica, passando das mãos do pai às do marido. (2002, p.112)

A mulher não tinha poder algum e em tudo estava sujeita ao marido. No século XIX a situação da mulher era de subserviência ao pai e, depois do casamento, ao marido. Havia uma dupla moral que regia a sociedade: a mulher deveria permanecer virgem até o casamento e depois de casada se manter fiel ao marido; já do homem não se exigia virgindade antes do casamento e a sociedade era conivente com a infidelidade masculina. Essa questão era tão séria, que “preservar, proteger a virgindade da jovem solteira era uma obsessão familiar e social”. (PERROT, 2007, p.45)

Assim, é evidente que o conceito de gênero rejeita o determinismo biológico e se constrói cultural e socialmente a partir da relação entre o feminino e o masculino e do

significado de diferentes épocas do que é ser homem ou ser mulher. Conforme observa Michelle Perrot, “os homens e as mulheres vivem juntos os grandes acontecimentos, as rupturas do tempo. Juntos, e diferentemente, em razão de sua situação na sociedade do momento” (2007, p. 141). Partindo do pressuposto de como as atribuições ao papel do homem e o papel da mulher são construídas na sociedade, é inegável que esse conceito seja uma forma de manter uma cultura de superioridade e privilégios aos homens, simplesmente por serem homens, “como noções naturalizadas e reificadas do gênero que dão suporte à hegemonia masculina”. (BUTLER, 2008, p. 46).

A representação dos dois sexos não é simétrica, ela parte da hierarquização socialmente aceita. Isso ocorre a partir do momento em que o masculino é a medida de todas as coisas como afirma Pierre Bourdieu:

Os dominados aplicam categorias construídas do ponto de vista dos dominantes às relações de dominação, fazendo-se assim ser vistas como naturais. A virilidade, como se vê, é uma noção eminentemente relacional, construída diante dos outros homens, para os outros homens e contra a feminilidade, por uma espécie de medo do feminino, e construída, primeiramente, dentro de si mesmo. (2005, p.62)

É na família que é iniciado o processo de divisão entre o gênero masculino e o feminino. A educação da menina é cercada por mais cuidados e restrições, e essa cultura é iniciada com a divisão entre público e privado, a sociedade burguesa definiu como o espaço da mulher os limites do mundo privativo da família. Nesse sentido, é preciso de fato compreender o processo educacional e matrimonial para a mulher, bem como seus direitos civis no século XIX.

1.1 A EDUCAÇÃO

No Brasil do século XIX, houve um atraso em relação à educação feminina, resultado do que se concebia como sendo papel da mulher na sociedade estritamente patriarcal, visto que sua preocupação se resumia ao lar. Desse modo, a educação feminina era limitada ao aprendizado de afazeres domésticos, a cozinhar, a bordar e a costurar, para que, assim, as mulheres se tornassem boas mães e esposas. A respeito disso, Heleieth Safiotti observa que não se cuidava de sua instrução; apenas se acrescentava ao ideal de educação doméstica e cultivo da conversação, que permitiria à mulher ser agradável nas reuniões” (1976, p.175). Além disso, a mulher oitocentista carregava o estigma da fragilidade, da pouca inteligência, entre outros que fundamentava a lógica patriarcal de mantê-la afastada dos espaços públicos.

Ao ver consolidada a independência do Brasil, tornou-se imprescindível a organização de um sistema educacional para suprir a necessidade da elite. Assim sendo, havia a inevitabilidade em incluir a mulher no processo educacional, como aponta Safiotti:

Se, por um lado, o ideal de educação doméstica se conservava, por outro, a necessidade da educação escolarizada para a mulher fazia sentir-se de maneira crescente. Obviamente, esse processo não representava a consciência de que a mulher deveria receber educação idêntica à do homem. (1976, p.180)

A necessidade da educação para a mulher surge, pois muitos dos ideais modernos da Europa estavam influenciando diretamente a sociedade brasileira deste século, logo não é possível afirmar que tenha sido um interesse genuíno:

A oligarquia percebeu que não era mais possível manter suas filhas no mesmo grau de ignorância e de isolamento que viviam até então. O antigo comportamento feminino, herdado da tradição colonial portuguesa, estava se tornando incompatível com a sociedade brasileira que se urbanizava, se abria ao contato com a cultura e o mundo moderno. Dessa forma, não era mais o bastante que as mulheres soubessem apenas dirigir a casa e governar os escravos. Não se tratava portanto de uma educação profissionalizante, mas uma educação voltada para o polimento sociocultural das mulheres. (MANOEL, 1996, p.21)

Portanto, a educação feminina era voltada para a formação do lar, e o currículo era composto pelas disciplinas de leitura, escrita, as quatro operações matemáticas, gramática, moral cristã, doutrina católica e prendas domésticas. Assim, a família, como unidade, lançando-se rápido olhar no século XXI, ainda está socialmente organizada de tal maneira em que há uma forte tendência das responsabilidades do lar serem atribuídas exclusivamente à mulher. Perrot, ao estudar a história das mulheres, comenta sobre isso:

O trabalho doméstico é fundamental na vida das sociedades, ao proporcionar seu funcionamento e reprodução, e na vida das mulheres. E um peso nos seus ombros, pois é responsabilidade delas. E um peso também na sua identidade: a dona-de-casa perfeita é o modelo sonhado da boa educação, e torna-se um objeto de desejo para os homens e uma obsessão para as mulheres. O caráter doméstico marca todo o trabalho feminino: a mulher é sempre uma dona-de-casa. (2007, p. 114)

No decorrer do século XIX, além de um número muito pequeno de escolas, estas também tinham pouca procura, resultando em uma condição feminina na educação quase que inativa. E apesar da instauração de vários debates e discussões acerca da nova lei educacional da época,

ainda não foi suficiente para que a Escola das Primeiras Letras fosse construída em quantidades satisfatórias.

Neste sentido, Safiotti (1976) salienta que a sociedade oferecia sérias resistências à educação da mulher, resistências essas que se ampliavam à medida em que se sobe na escala de escolarização. Nas localidades, a educação feminina ficava a cargo da família da moça. Mas a criação das escolas régias adicionava uma nova perspectiva para as meninas que teriam uma educação diferenciada, em classes separadas, contando com o ensino de professores do mesmo sexo.

1.2 O CASAMENTO

No século XIX, o principal papel que uma mulher deveria desempenhar na sociedade era o de ser mãe e esposa. Naquela época, a mulher só tinha duas escolhas: ou casava a mando do pai, muitas vezes ela nem conhecia o noivo que lhe era impingido e sequer lhe tinha alguma afeição, ou seguia o celibato e a religião. Evidentemente era por intermédio do casamento que a mulher poderia fazer alianças políticas e financeiras importantes para a sua família, salvar uma propriedade comprometida por dívidas e até subir algumas posições na sociedade.

Entre as práticas sobreviventes do Brasil colonial que passavam por uma fase de declínio na segunda metade dos oitocentos, embora ainda presente dentro de algumas famílias com certo poder aquisitivo, estavam os casamentos arranjados, como uma força lícita para se contrair propriedade de riqueza.

Até meados do século XIX o casamento era feito por motivações econômicas e, muitas vezes, sem amor. Como o homem tinha grande acesso ao espaço público, maiores ainda eram as possibilidades de vivenciar aventuras extraconjugais. Havia o cuidado com a virgindade feminina, símbolo da honestidade social das mulheres solteiras, posto que estes valores morais procuravam reforçar o papel da família no equilíbrio da ordem social.

Bourdieu, em seus estudos sobre a dominação masculina, destaca a questão do princípio da inferioridade e da exclusão da mulher, e desta forma ele denomina o âmbito do matrimônio como “mercado matrimonial”:

O princípio da inferioridade e da exclusão da mulher, que o sistema mítico-ritual ratifica e amplia, a ponto de fazer dele princípio de divisão de todo o universo, não é mais que a dissimetria fundamental, a do sujeito e do objeto, do agente e do

instrumento, instaurada entre o homem e a mulher no terreno das trocas simbólicas, das relações de produção e reprodução do capital simbólico, cujo dispositivo central é o mercado matrimonial, que estão na base de toda a ordem social: as mulheres só podem aí ser vistas como objeto, ou melhor, como símbolos cujo sentido se constitui fora delas e cuja função é contribuir para a perpetuação ou o aumento do capital simbólico em poder dos homens. (2005, p. 57)

O casamento era, portanto, um negócio estabelecido entre dois homens sendo um deles o pai da noiva e o outro o futuro genro, por meio do qual se trocava mulheres e dinheiro. No que se refere a isto, Perrot traça uma importante análise:

O casamento, "arranjado" pelas famílias e atendendo a seus interesses, pretende ser aliança antes de ser amor — desejável, mas não indispensável. Os pais desconfiam da paixão, destruidora, passageira, contrária às boas relações, às uniões duráveis que fundam as famílias estáveis. (2007, p.46).

Logo, no século XIX, era impossível pensar em amor e consensualidade, escolha e paixão amorosa no casamento. Na realidade, tais categorias praticamente inexistiam de forma prática. Era um negócio de família, um contrato em que dois indivíduos faziam não para o prazer, mas para manter suas famílias estáveis. O principal papel do casamento era servir de base a alianças sociais, econômicas e políticas.

1.3 O PATRIARCALISMO NA SOCIEDADE OITOCENTISTA

O patriarcado marca a construção das sociedades ocidentais há milênios, desde a Antiguidade clássica, assim sendo, a história da mulher é escrita pela regência da ordem patriarcal que com o apoio da religião e do capitalismo legitimou relações de dominação pelo homem. Para Stearns, a ordem patriarcal vem se mostrando ativa na sociedade desde as primeiras civilizações:

As civilizações, de uma forma geral, aprofundaram o patriarcado e, ao mesmo tempo, definiram seus detalhes de formas distintas que combinavam com crenças e instituições mais amplas de cada civilização em particular. Nesse sentido, pondo um selo no próprio patriarcado, cada civilização uniu as questões de gênero com aspectos de sua estrutura cultural e institucional. (2007, p.27)

Evidentemente a influência do patriarcado e da religião na construção dos preceitos coletivos e sociais em diferentes culturas e épocas fez com que a mulher fosse inferior ao homem, dependendo dele até mesmo para simples decisões cotidianas. Não muito diferente do

padrão acima exposto, no Brasil oitocentista, a situação da mulher era de submissão e dependência. E sua função social era voltada para a família como visto nos capítulos anteriores.

Portanto, essas convenções existentes na sociedade brasileira oitocentista, com base em preceitos morais e religiosos, se tratavam de estratégias de dominação e poder. Assim, as relações de poder tornam-se, “ao mesmo tempo, intencionais e não subjetivas”. (FOUCAULT, 2015, p.151). Ou seja, para haver sustentação de poder, é necessário ditar a imposição de um comportamento social individual, como única conduta socialmente aceita. E no caso da mulher, foi naturalizado a diminuição de seu papel na sociedade, logo, a mulher não ocupava os espaços públicos, não tinha direitos, não participava de discussões políticas e sociais relevantes. O cerne da questão é a alienação da mulher que estava inserida na sociedade do século XIX, a qual foi impedida de ser agente histórico como aponta Follador:

Anteriormente, no século XIX sob a égide positivista, a história excluiu duplamente as mulheres. Primeiro porque a elas era impossibilitado o acesso a uma educação profissionalizante que as levasse à produção de conhecimento exercendo um ofício. Em segundo lugar, pelo fato de que a história positivista preconizava os grandes fatos desencadeados por líderes políticos e militares, o que, novamente, afastava as mulheres da participação como agentes históricos. (2009, p.3)

Essa forma com que a sociedade se desenvolveu, mantendo a mulher dependente do poder do homem, criou um abismo no protagonismo social dos gêneros. No entanto, na segunda metade do século XIX e início do século XX, houve mudanças significativas nesse cenário, e beneficiaram, sobretudo, mulheres da elite que tiveram sua integração social de forma fácil. As mulheres das camadas inferiores ainda tinham um longo caminho pela frente, pois mesmo sendo o início da sua emancipação, ainda assim tinham que lidar com o preconceito das suas escolhas de sobrevivência, com o julgamento do não-casamento, com o abandono parental, com a elitização dos cargos femininos, tudo decorrente de uma sociedade machista e opressora, que custou - e ainda custa – a aceitar a liberdade de escolha das mulheres.

É pertinente frisar que, mesmo com a conquistas de importantes direitos femininos e avanços no modos de pensar da sociedade, uma mentalidade retrógrada sobre o papel feminino ainda está enraizado na sociedade contemporânea visto que há ainda um forte estereótipo da matriarca da família e sua principal tarefa de cuidar da casa, dos filhos e do marido, sendo em alguns casos submissa a ele. A construção da mulher submissa foi ditada pelo desejo do homem de eliminar a sua concorrência no jogo econômico e político, o que insere o problema em um sistema mais amplo de dominação.

1.4 OS DIREITOS CIVIS DAS MULHERES NO SÉCULO XIX

A luta das mulheres por emancipação nem sempre foi uma realidade nas sociedades, e ao pensar nos direitos civis das mulheres, é notório o poder que os maridos detinham como tutores de suas esposas. De acordo com Perrot,

A mulher casada é, ao mesmo tempo, dependente e dona-de-casa. Cabe a ela usar dos poderes que lhe são conferidos ou relegados. Dependente juridicamente, ela perde seu sobrenome. Está submetida a regras de direito que têm por objetivo principal proteger a família: costumes do Antigo Regime; Código civil eminentemente patriarcal, dado por Napoleão à França e mesmo à Europa, que, de algum modo, o adota e que praticamente deixa as mulheres sem nenhum direito. (2007, p. 47)

Consequentemente, havia restrições legais impostas a mulheres casadas, que impediam estas de aceitar herança ou ter atividade profissional sem a autorização formal de seu marido, o qual podia, a qualquer momento, suprimir sua aprovação. Os direitos que foram concebidos para serem universais eram, de fato, limitados, uma vez que as mulheres casadas não podiam se beneficiar plenamente deles.

Ainda na sociedade do século XIX, a título de exemplo, a mulher que fosse estuprada não tinha suporte legislativo já que não havia punição para aquele que praticasse este ato. Segundo Perrot:

No século XIX, somente o estupro coletivo é suscetível de punição pelos tribunais. No caso de estupro cometido por apenas um homem, a jovem (ou a mulher) é quase sempre considerada complacente: ela poderia ter-se defendido. O estupro é julgado em tribunais correcionais, a título de "agressão com ferimentos". Será qualificado como "crime" pela lei apenas em 1976. (2007, p.45)

É inegável como as mulheres ao longo do tempo tiveram seus direitos básicos e necessários impugnados. E a luta pela emancipação das mulheres ao decorrer das diferentes sociedades e culturas sempre foi diminuta.

No entanto, a submissão feminina perde forças no início do século XIX e as mulheres começam a se organizar na luta por emancipação. Após séculos de submissão, no final do século XIX, o primeiro movimento feminista surgiu entre mulheres brancas e de classe média que lutavam por direitos jurídicos e políticos.

E assim, as mulheres começaram a reivindicar seus direitos de participar ativamente na sociedade, por meio do direito ao voto e de uma vida fora do lar com um trabalho secular. Ainda lutavam pela participação ativa no cenário político e econômico do país, protestavam pelo direito à educação profissionalizante, ao contrato, à propriedade privada, ao divórcio e aos direitos iguais.

A ascensão do feminismo gerou um poder transformador de ideias que foram suavizando os impactos patriarcais de desigualdades no núcleo familiar e no mercado de trabalho. Assim, ao pensar na conquista de direitos no século XIX, constata-se que isso marca as primeiras referências e inspirações para movimentos futuros. A representação da mulher na literatura, a mulher como escritora, historiadora, um ser de escolhas, essas mudanças marcaram a forma com que a História começou a reescrever os registros acerca das mulheres.

Com o surgimento dos primeiros núcleos em defesa dos ideais feministas, as mulheres começaram a ter uma maior participação nas decisões sociais, essas que eram resultantes das lutas pautadas por esse movimento. Surgem então novas pautas de conquistas: melhores salários, melhores condições de trabalho, igualdade de gênero, entre tantos outros direitos que até hoje são garantidos às mulheres.

2 A IMPORTÂNCIA DAS PERSONAGENS MACHADIANAS

Com genialidade e competência, as obras de Machado de Assis costumam descrever a própria realidade da época. Ele foi reconhecido como grande escritor em vida. Antonio Candido afirma que a obra machadiana tem “a possibilidade de ser reinterpretada à medida que o tempo passa, porque, tendo uma dimensão profunda de universalidade, funciona como se dirigisse a cada época que surge” (2004, p. 67).

A obra machadiana é considerada bastante inovadora e relevante, por apresentar as personagens femininas de um modo muito peculiar e tem como cenário a cidade do Rio de Janeiro no século XIX. Nessa época, a sociedade estava fortemente marcada pelo patriarcalismo e, nessas condições, as mulheres apresentavam-se submissas aos maridos - contexto descrito nas seções anteriores. Neste sentido, Machado de Assis, já no século XIX, conseguiu mostrar

aos leitores a complexidade que envolvia a personagem feminina, bem como contextualizar o ambiente e a sociedade em que viviam.

John Gledson afirma que o objetivo de Machado de Assis era puramente retratar a natureza da sociedade oitocentista que fez parte de sua trajetória, deixando em evidência a ligação das suas personagens com a sociedade patriarcal vigente e como a sua atuação era influenciada pelos moldes sociais. Sendo assim, a mulher machadiana é composta de tudo que formava e ditava o caráter feminino no período senhorial do século XIX, construídas nas margens patriarcais e como tal a sociedade queria representá-las.

O século XIX ainda se constituía de um profundo puritanismo em relação às mulheres. Se Machado é considerado como um homem à frente do seu tempo, um legítimo moderno, um escritor que rompeu com as tradições e flexibilizou o “eu”, parece natural que essas concepções apareçam nos seus escritos. Se, nesse século, as questões femininas estavam surgindo, Machado soube dar voz a esse ideal de independência por meio de sua literatura e questionar a posição da mulher no século XIX. Freitas (2001) afirma:

Machado de Assis escrevia sobre mulheres e para mulheres. Os amores e frustrações femininos eram temas constantes, inclusive a prostituição e o adultério – anteriormente inaceitáveis na literatura. Um verdadeiro modernista, Machado não acreditava na honra baseada na castidade, tendo nas entrelinhas de seu discurso chamado atenção para as necessidades e os direitos da vida afetivo-sexual de suas leitoras. Argumentava que a mulher devia receber instrução e não ficar completamente confinada à vida doméstica, tendo direito ao amor e à liberdade. (2001, p. 16)

Ou seja, a forma com que as mulheres eram representadas tratava-se de um resultado da sociedade patriarcal que permeava o século XIX sob a influência de um ideal de independência que buscava por mudanças mesmo que em passos lentos. Assim sendo, Machado problematiza o que tange ao universo feminino, e apesar de representar as figuras femininas sob o código da submissão, seja a igreja, ao marido, aos pais, também as representa vivendo uma dualidade na luta por transformação.

Neste sentido, as mulheres machadianas em um contexto conservador deixam em seus pontos marcantes as vozes implícitas das mulheres que buscavam por liberdade e direitos. Ao contrário da mulher romântica, idealizada no contexto da época, as mulheres machadianas eram plenas de inteligência e sensualidade.

O escritor as representa nos moldes de beleza, ao mesmo tempo que as mostra seguras de seus desejos e de aonde querem chegar. No protagonismo de suas personagens, muitas se

encontram em um mundo restrito à esfera familiar, ao casamento, às castas sociais, mesmo que muitas vezes resistente a esses moldes.

Em suas obras, Machado sempre relaciona o universo feminino aos padrões patriarcais, a exemplos dos casos de Lalau e Capitu, nos quais a sua narrativa de vida envolve questões sobre amor, casamento e moral. Assim, a ficção de Machado, mesmo que construída de forma crítica, não foge dos parâmetros sociais estabelecidos na época. E mostra, como a mulher - embora capaz de realizar feitos inimagináveis para época e possuir em si uma sobrevivência social extrema.

As personagens femininas machadianas, envoltas em um contexto hierárquico de gênero, tendem a trazer consigo um parâmetro das relações existentes na sociedade que envolviam o masculino e feminino, no qual o peso moral entre os dois gêneros era totalmente desigual e influenciado pela catequização de ideias, da mulher virgem, santa e submissa aos preceitos do matrimônio. De forma crítica Machado expunha essas facetas reais da sociedade carioca, realçando muitas vezes esses traços como um fator determinante da destinação ao casamento e aceitação da sociedade. Ademais, o escritor nos mostra como as mulheres possuíam em si um desejo de uma participação mais ativa na sociedade, indo além das fronteiras domésticas, sendo agente político e de direitos, todavia, devido ao contexto patriarcal, eram influenciadas em suas escolhas, desejos e destinos, participando sempre de um padrão social que lhes sujeitavam a uma adequação moral patriarcal.

Para Therezinha Mucci Xavier (1986, p. 21), “a marginalização da personagem feminina machadiana, manifestada em sua ausência da vida política, econômica e social, dá-se em consequência de atavismos culturais: prepotência do homem, educação deficiente”. Quanto à vida doméstica, as personagens machadianas, em sua grande maioria, representam de forma fidedigna a mulher de meados do século XIX, como observa Xavier:

Nos romances machadianos há uma identificação da mulher com a vida doméstica e do homem com a vida pública. As mulheres são concebidas exclusivamente como irmãs, esposas, mães ou possuem uma vida ociosa ou são absorvidas em atividades domésticas. Assim como no sistema patriarcal, em todos os romances de Machado de Assis, de Lívia a D. Carmo, a mulher esteve ausente da assistência social, da política, da literatura, de outras zonas de atividade tida como masculina. (1986, p.24-25).

Sendo assim, quanto à educação, Machado de Assis, ao criar suas personagens, consegue capturar com veracidade o contexto da época. Xavier ainda aponta que “no romance

machadiano, raras são as exceções das mulheres que cursam escolas e nenhuma delas procuram uma formação intelectual científica” (2005, p. 38).

Nos romances de Machado de Assis, há um destaque para as figuras femininas. Todavia, a mulher é muitas vezes retratada com traços de mau caráter, embora em alguns casos ele a retrate como ser dotado de inteligência e cultura. Exemplos de Virgília e Sofia, mulheres ambiciosas e interesseiras, capazes de cometer adultério ou dele se aproximar perigosamente para satisfazer seus anseios pessoais.

As pequenas e significativas revoluções do discurso interior são o que mais trazem brilho às personagens machadianas, refletindo a própria postura moderna em Machado que trouxe quebras de correntes e estruturas que cerceavam a liberdade e o direito de ser e existir das mulheres daquela época, portanto o protagonismo feminino de Machado é constituído de críticas implícitas, nos quais a interpretação enriquece os fatos como forma de deixar o real exposto. Ser fiel à realidade, faz da literatura de Machado um produto tão importante de análise pelo fato de trazer consigo as marcas temporais das ideologias sociais nos comportamentos atuais da sociedade.

Portanto, as personagens femininas machadianas desempenham um papel social de suma importância, pois permitem uma leitura minuciosa sobre os comportamentos dos integrantes da sociedade em que estavam inseridas. Assim, sua literatura se revela produto da observação da realidade transformada em arte. É o que sucede com a produção literária de Machado. Eis uma das atribuições do escritor: quando escreve em linhas a projeção de sua mente, reproduz e interpreta a realidade, simultaneamente. Para compreensão das reflexões acima, vale a síntese de Alfredo Bosi (1999), que salienta que “contar coisas que acontecem aqui e agora e avaliá-las com predicados antigos ou dizê-las com imagens vivas na memória da cultura é procedimento comum na grande literatura”.

As protagonistas de *Casa Velha* e *Dom Casmurro*, respectivamente, Lalau e Capitu, apesar de estarem inseridas em contextos dominados pela submissão e por preceitos morais e religiosos, assumem o protagonismo de sua sorte ao satisfazer suas próprias vontades, independentemente dos imperativos sociais que deveriam orientar o seu comportamento social de mulher exemplar.

3 DUAS MULHERES MACHADIANAS

3.1 LALAU E A LÓGICA DO FAVOR EM *CASA VELHA*

Ainda que a obra machadiana seja analisada por muitos estudiosos, há textos do escritor pouco estudados pela crítica literária. Por exemplo, com a obra *Casa Velha*, cuja publicação se deu, inicialmente, em forma de folhetim na revista carioca *A Estação*, entre janeiro de 1885 a fevereiro de 1886. Essa trama não foi publicada em forma de livro pelo autor em vida, mas foi por meio de um trabalho árduo que Lúcia Miguel-Pereira a publicou em volume, em 1944.

Narrada em primeira pessoa, sob o olhar atento de um padre pesquisador, o enredo de *Casa Velha* se passa no ano de 1839 e relata o amor entre Félix e Lalau, dois jovens de classes sociais muito distintas, que não podem ficar juntos devido às diferenças.

No entanto, este livro pouco estudado ainda levanta muitas discussões, tal como aponta Luiz Roncari:

Casa Velha é um livro que levanta muitas discussões, tanto acerca de seu gênero, se é conto, novela ou romance, como do período em que foi escrito; ele destoa muito dos romances do autor do tempo da publicação do folhetim e apresenta pontos comuns com os considerados da primeira fase, ou seja, os anteriores ao *Brás Cubas*. (2015, p. 209)

Dentro do mesmo teor dos comentários acima, o crítico inglês John Gledson (1986) sugere que a narrativa machadiana reúne elementos do Realismo. Para ele, os romances maduros do escritor estão dispostos em duplas, um arranjo feito pelo ficcionista com o intuito de refletir sobre a História do Brasil. Ao considerar *Casa Velha*, como obra madura de Machado, Gledson indica que essa narrativa faria parte dos romances da “segunda fase” do romancista, isto é, na fase madura da produção literária de Machado, distinguindo-a dos romances produzidos antes de 1880.

Noutras palavras, Machado descobre que, para escrever a respeito do universo da oligarquia, mister era penetrar nele, haja vista que adentrar os meandros da ordem patriarcal requer “abordagens mais profundas”. Neste sentido, como em tantos outros, *Casa Velha* está bem mais próximo de *Dom Casmurro*, no qual Machado penetra na mente de Bento Santiago, membro supostamente representativo da oligarquia mas fraco no exercício do poder, e esta debilidade colabora para sua própria destruição e de sua família.

Para Gledson, os romances de Machado “refletem verdades históricas” e *Casa Velha* seria “a primeira tentativa de Machado de dar forma a uma complexa situação histórica” (1986, p. 24-25). Como muitas das personagens femininas de Machado, Lalau é uma personagem

complexa e cheia de significações. Sob uma perspectiva de interpretação que se vale do pano de fundo da história, a jovem nasceu em 1822, ano da Independência do Brasil, e se tornou órfã em 1831, ano do fim do Primeiro Reinado.

De acordo com Gledson (1986), essas datas remetem a “Independência do Brasil e do fim do Primeiro reinado e podem sugerir uma identificação com o próprio Brasil – ideia que não é nova na ficção de Machado” (1986, p. 41).

Para Lúcia Miguel-Pereira, são temas recorrentes dos primeiros romances do autor, temas que refletiriam a biografia do autor, já que ele teria sido fruto dessa sociedade e de seus comportamentos.

Ora, são os temas antigos que formam a estrutura de *Casa Velha*. Lalau, a heroína, é irmã de duas Helenas, a do livro deste mesmo nome e a do conto Frei Simão, da Guiomar de A mão e a luva, da Estela de Iaiá Garcia, de todas as donzelas que lutaram ao mesmo tempo pelo amor e pela ascensão social; de todas as mulheres em cuja pele o romancista se meteu para discutir os próprios problemas. (MIGUEL-PEREIRA, 1988, p. 12)

Na lógica do enredo da trama, ao ler as Memórias que o Padre Luís Gonçalves dos Santos escreveu do tempo do rei e achá-las mediócras, o narrador de *Casa Velha* decide escrever sobre a formação do Primeiro Reinado no Brasil (1822-1831), ou seja, “quis mostrar que um membro da igreja brasileira podia fazer cousa melhor” (ASSIS, 2001, p.3). Para realizar tal propósito, o padre narrador inicia uma investigação na casa de um falecido ex-ministro à procura de evidências que fundamentem sua história.

Diante disso, o padre é apresentado a Félix, filho do ex-ministro e residente da Casa Velha, “um moço de vinte anos mais ou menos, simpático, fisionomia meiga e franca” (ASSIS, 2001, p. 4). Além do filho, reside na casa Dona Antônia, proprietária da casa e viúva do ex-ministro, tal como o cômico narrador a apresenta.

O núcleo dramático de *Casa Velha* centraliza-se no amor de Félix e Lalau, dois jovens de classes sociais diferentes, que não podem ficar juntos justamente por esse motivo. Acerca dessas relações sociais, Roncari aponta:

Em síntese, para mim, Machado procurou nesse livro retratar na sua totalidade as principais relações sociais vividas no país, só que agora isoladas no microcosmo de uma Casa Grande, como se faz nos laboratórios para a observação do comportamento animal e no teatro burguês para a dos humanos. Aí ele pôde apreciar a vida e o funcionamento de uma família patriarcal, extensa e com as suas duas faces imbricadas: a privada, do idílio familiar, e a pública, do poder de favores e violência social e política. (2015, p.212)

Ainda havia a agregada da Casa, protagonista da narrativa, se não nasceu ali, ali foi criada

e tratada sempre por Dona Antônia, “chamava-se Cláudia; Lalau era o nome doméstico. Não tendo pai nem mãe, vivia em casa de uma tia. Quase se pode dizer que nasceu na Casa Velha¹, onde os pais estiveram muito tempo como agregados” (ASSIS, 2001, p. 15).

Há que se observar que competia à população escrava exercer a atividade produtiva, porque o trabalho era considerado algo indigno, obrigando o contingente de homens livres (entre quais a espezinhada Lalau se inscreve), comuns e numerosos no Brasil oitocentista, a buscarem opções de dignidade pelo meio indigno da troca de favores e interesses com os ocupantes da classe senhorial.

Ao discutir a lógica do favor, Roberto Schwarz (2000) esquematiza como o favor surgiu na sociedade brasileira. Segundo ele, tal lógica deriva do processo de colonização que, no Brasil, produziu com base no monopólio três classes de população: o latifundiário, o escravo e o “homem livre”, na verdade dependente como se depreende da citação abaixo:

Nem proprietários nem proletários, seu acesso à vida social e a seus bens depende materialmente do favor, indireto ou direto de um grande. O agregado é a sua caricatura. O favor é, portanto, o mecanismo através do qual se reproduz uma das grandes classes da sociedade, envolvendo também outra, a dos que têm. Note-se ainda que entre essas duas classes é que irá acontecer a vida ideológica, regida, em consequência, por este mesmo mecanismo. Assim, com mil formas e nomes, o favor atravessou e afetou no conjunto a existência nacional, ressalvada sempre a relação produtiva de base, esta assegurada pela força (SCHWARZ, 2000, p.16)

No que tange à prática geral do favor, no capítulo “As ideias fora do lugar”, de *Ao vencedor as batatas* (2000), Schwarz trata a respeito do mecanismo do favor que regeu a vida social no Brasil-colônia entre a classe proprietária e a multidão livre, mas dependente da primeira. A camada patriarcal e senhorial instaura, de certa forma, a cultura do favor na nossa sociedade, isto é, abre flancos pelos quais os homens livres possam postular algumas de suas necessidades. Dito de outra forma, para que essa prática tenha sucesso, requer-se que o dependente se anule. Inserida nessa camada intermediária, apesar de ser favorecida por momento de arbítrio que, de acordo com Schwarz, é da natureza do favor, Lalau ainda assim não era livre, suas vontades eram ínfimas quando comparadas às de D. Antônia.

Para Schwarz, ao legitimar o arbítrio por meio de alguma razão “racional”, o favorecido conscientemente engrandece a si e ao seu benfeitor. É o que se detecta na citação a seguir que apresenta a relação entre Lalau e D. Antônia: “vivia do que esta lhe dava, e não

¹ Casa Velha, sem itálico, refere-se ao nome dado à casa de d. Antônia.

lhe dava pouco; em compensação amava sinceramente a casa e a família” (ASSIS, 2001, p. 15).

Os chamados “homens livres” por Schwarz, para fugirem à miséria e uma existência periférica, pois o trabalho naquela sociedade era considerado depreciativo, identificavam-se apenas com aqueles de uma classe superior por meio da bajulação e obediência. Ou seja, as ações subalternas de Lalau, agregada, servem para a família se sentir valorizada econômica e socialmente, e por esse motivo é possível notar o afeto da matriarca pela agregada, que persiste, até que os laços são rompidos pela própria Lalau. No entanto, D. Antônia como uma resposta a essa necessidade de permanência social dentro de uma sociedade hierárquica “deseja a moça de volta na Casa Velha, logo que Félix está bem casado, mesmo depois de insinuar que Lalau é filha ilegítima de seu marido” (GLEDSON, 1986, p. 47). O desfecho da trama é que Lalau, ao descobrir tudo o que se sucedeu, os comentários maldosos da protetora, abandona de vez a pretensão de casar com Félix, em respeito à memória de sua mãe e até mesmo pela humilhação em questão.

A partir dos fatos que ocorrem no romance, é possível dizer que Lalau representa uma prévia de personagens mais fortes de Machado, como Capitu (que sai do universo de agregada, vive ascensão e queda no romance de 1899). No que tange à Lalau, o fato de pertencer à camada inferior dos agregados e assim depender diretamente de outrem não lhe capacita a ascender socialmente e modificar sua realidade. No entanto, apesar disto, Lalau é uma personagem que questiona, desafia as convenções impostas naquela sociedade e tem comportamentos diferentes do que se espera.

3.2 A PERSONALIDADE DE CAPITU EM *DOM CASMURRO*

Dom Casmurro (1889) é narrado por Bento Santiago já idoso e pouco afeito a relações com outras pessoas, daí o apelido que é também o título do romance. O velho casmurro e magoado conta sua vida desde adolescente, quando era Bentinho, um menino de uma família burguesa que se apaixona por Capitolina (Capitu), a jovem proveniente de família menos abastada. Eles eram vizinhos, na infância inseparáveis e em dado momento prometem se casar quando adultos. Ao perceber o sinal de que havia um romance e por conta da pressão da consciência de ter feito uma promessa quando Bentinho nasceu, D. Glória (mãe do rapaz) resolve mandá-lo para o seminário.

Passados alguns anos, com ajuda de José Dias, agregado dos Santiago e também por inúmeras artimanhas de Capitu, que incansavelmente tentava conquistar o coração do moço - Bentinho consegue sair do seminário e acaba por cursar Direito. Em seguida, casa-se com Capitu. No romance, encontramos diversas considerações de Bento e suas conclusões a respeito da conduta de Capitu, sempre se mostrando ciumento. Mesmo que não admitisse a autossuficiência da personalidade de Capitu, acaba por expor um fascínio por ela.

Todavia a aproximação de Escobar – um amigo do jovem dos tempos de seminário -, as visitas seguidas do amigo e as finezas com Capitu, a postura, dúbia aos olhos de Bento, de Capitu no velório de Escobar, eclode em desmoralização da esposa aos olhos do marido inseguro, colocando em dúvida os atos da jovem esposa.

Ao sentir um ciúme doentio, Bento inventa acontecimentos para transparecer a ideia de uma conduta infiel de sua esposa. A respeito de como Bento conta sua versão dos fatos, Gledson destaca que: “pontos importantes a respeito da situação da narrativa de Bento, ele é, evidentemente, um enganador que está tentando nos persuadir de uma dada versão dos fatos de sua história.”. (1991, p.15) A análise de Gledson nos mostra como a construção da narrativa tem como intenção expor cruamente como as relações de gênero se estabeleciam nessa época, desmoralizando a conduta da mulher que não estivesse em consonância com os preceitos morais da sociedade ainda marcada de valores patriarcais.

Capitu, personagem feminina inserida no contexto do século XIX, exprimiu como as mulheres eram reputadas por uma sociedade machista. Em meio às suas pretensões de ter um pouco de liberdade, as mulheres eram desvalorizadas, silenciadas, e excluídas da dignidade de serem amadas, pelo simples fato de minimamente resistirem à submissão e aos princípios patriarcais da sociedade. O que fica evidente é que o contexto da época nos traz à tona esclarecimentos que relacionam a personagem Capitu com conflitos vividos por uma mulher em uma sociedade do século XIX baseada nos preceitos patriarcais. Capitu representa uma certa resistência em busca da autonomia da mulher. Apesar de ter vivido no século XIX, Capitu é ousada, determinada, segura de si, sempre convicta da necessidade da imposição de seus desejos, para ser realmente vista em sua essência. Ela confronta por meio de suas atitudes o patriarcado predominante da sociedade brasileira da época.

Capitu (considerada pela crítica, a principal personagem feminina de Machado de Assis), que, desde moça, demonstra o controle de situações, que, naturalmente, levando em consideração a época representada, o leitor espera que sejam tomadas por um homem, no caso, em questão, por Bentinho. (SANTIAGO, 2010, p.7)

Ao criar e colocar em linhas a personalidade de Capitu, Machado traz de forma sutil a inserção da mulher na sociedade, desde sua infância, seus conflitos, a exclusão de sua autonomia, a exclusão por sua liberdade. Como ela não endossa o papel de uma mulher reclusa, ela ousa. No romance, Capitu ousou por se permitir sagaz, ágil, bela e sensual, e tais atributos desconcertaram Bento Santiago, levando-o a admitir que. “Capitu era Capitu, isto é, uma criatura mui particular, mais mulher do que eu era homem.” (ASSIS, 2005, p.46). Para o narrador, Capitu era como um pássaro que saía da gaiola. Ela desejava integrar-se à sociedade. Era um pássaro livre que naturalmente chamava a atenção. Em síntese, não queria de jeito nenhum sentir-se presa às limitações convencionais, essas que ditavam o destino das mulheres:

O estereótipo de Capitu como mulher independente e ativa diante dos códigos sociais de sua época planifica a personagem a ponto de esperarem dela as atitudes que de fato toma. Capitu torna-se mais complexa, no entanto, se comparada a Bentinho e ao seu “alter ego” narrador, Dom Casmurro, transcende a figura da mulher moderna: passamos a torcer por ela, mesmo sem saber direito o que ela fez ou não. (SANTIAGO, 2010, p.5)

Em sua personalidade forte e atraente – transbordante de curiosidades, angústias, desejos e aflições - a personagem era, por excelência, uma questionadora, não se permitia permanecer no silêncio opressor que muitas mulheres se submetiam, queria saber mais do mundo, tinha sede de aprender.

A jovem era leitora em um tempo em que não havia interesse por parte das mulheres. Pouquíssimas delas frequentavam a escola com o intuito de aprender o letramento, interessavam-se mais pelos saberes domésticos e maternos, esses quais que eram incutidos nelas. Capitu - diferentemente do que era imposto e premeditado para as mulheres - se destacava, ou melhor, surpreendia. O que servia de conforto para muitas mulheres dessa época, para Capitu era desconfortante. Para ela, ler e escrever não era suficiente, havia curiosidades internas, essa de se superar nos conflitos e de se perceber muito mais capacitada. Queria saber um pouco de tudo, não quis aprender fazer rendas na escola, queria aprender latim. Por que uma mulher não poderia aprender latim? Para Capitu não havia sentido nessa interdição, a negativa não era uma barreira para ela, assim, mesmo de forma sutil, ela se mostra sempre resistente à carga patriarcal:

As curiosidades de Capitu dão para um capítulo. Eram de várias espécies, explicáveis, assim úteis como inúteis, umas graves, outras frívolas; gostava de saber de tudo. No colégio onde, desde os sete anos aprendera a ler, escrever e contar, francês, doutrina e obras de agulha, não aprendeu por exemplo, a fazer renda; por isso mesmo quis que prima Justina lhe ensinasse. Se não estudou latim com padre Cabral foi porque o padre, depois de lhe propor gracejando, acabou dizendo que latim não era língua de

meninas. Capitu confessou-me um dia que esta razão acendeu nela o desejo de o saber. (ASSIS, 2012,p. 46)

No século XIX, as mulheres não tinham autonomia para ir além dos parâmetros restritos que a sociedade costumava lhes atribuir. Por essa razão e pela determinação em conquistar o que desejava, Capitu, na adolescência, era vista de maneira equivocada. Prima Justina, parenta e agregada dos Santiago, a achava maliciosa apesar dos elogios que fazia à moça. José Dias, agregado da família, sem parentesco e figura masculina, fazia críticas constantes à personalidade de Capitu e acreditava que ela agradava por puro interesse. Os comentários do agregado sobre a moça evidenciam a maledicência sobre mulheres que não se encaixavam no padrão esperado da fôrma patriarcal: "Capitu, apesar daqueles olhos que o diabo lhe deu... Você já reparou nos olhos dela? São assim de cigana obliqua e dissimulada. Pois, apesar deles, poderia passar se não fosse a vaidade e a adulação." (ASSIS, 2012,p. 37)

Isso porque Capitu, muito dona de si, ia contra os costumes da época e apesar de ser uma moça pobre, escolheu se casar por amor com um rapaz de condição diferente da dela, de família abastada, opondo-se assim, aos casamentos geralmente arranjados, o que evidencia a resistência por parte da personagem. Assim como noutros textos, mais uma vez, vemos a figura da mulher sendo representada por Machado, o casamento arranjado, o julgamento por suas escolhas individuais. Não só isso: Machado nos mostra de forma crua a influência de fatores externos, de escolhas que não são próprias, que moldam a forma com que as mulheres vêm reproduzindo esses comportamentos enraizados numa sociedade burguesa e com ranço patriarcal.

Ainda que filtrada pela narrativa de Bento Santiago, a atuação de Capitu – que tanto desgosta o ciumento marido – permite aos leitores certa compreensão do protagonismo feminino na sociedade do século XIX. A personalidade de Capitu só nos chega por meio de conceitos tendenciosos de Bentinho, que tentava difamar-lhe a imagem, pois tudo para ele tornara-se motivo de desconfiança, procurando sempre maldade na conduta da esposa. Bento manipula a história e cria para si mesmo ilusões e convicções, ele desconfia da integridade da mulher e isto é evidente quando colocado em questão a sua visão distorcida de uma realidade em que sua masculinidade é atingida. Embora o astucioso narrador queira ocultar e mesmo distorcer os fatos, as páginas de *Dom Casmurro* falam muito sobre sua fragilidade de homem:

Venho explicar-te que tive tais ciúmes pelo que podia estar na cabeça de minha mulher, não fora ou acima dela. É sabido que as distrações de uma pessoa podem ser culpadas, metade culpadas, um terço, um quinto, um décimo de culpadas, por em matéria de culpa a graduação é infinita. (ASSIS, 2012,p. 146)

Ademais, o romance traz inúmeros episódios em que Bento mostra-se controlador e abusivo com a esposa, tentando legitimar tais atitudes devido ao comportamento de Capitu, que ia contra a construção social da mulher submissa e recatada. Depois da morte de Escobar, a partir de um comentário de Capitu sobre os olhos de Ezequiel, Bento começa a enxergar semelhanças entre o filho e o amigo. Capitu, que sempre buscou por liberdade, age naturalmente, não vê maldade e margem para que Bentinho desconfiasse de algo. Quando maldosa e covardemente Capitu surpreende-se com o marido acusando-a de perfídia, ela se revela estupefata:

- O quê?- perguntou ela como se ouvira mal.

- Que não é meu filho.

Grande foi a estupefação de Capitu, e não menor a indignação que lhe sucedeu, tão naturais ambas que fariam duvidar as primeiras testemunhas de vista do nosso foro.

- Só se pode explicar tal injúria pela convicção sincera; entretanto, você, que era tão cioso dos menores gestos, nunca revelou a menor sombra de desconfiança. Que é que lhe deu tal ideia? Diga- continuou vendo que eu não respondia nada-, diga tudo; depois do que ouvi, posso ouvir o resto, não pode ser muito. Que é que lhe deu agora tal convicção? Ande Bentinho, fale! Fale! Despeça-me daqui, mas diga tudo primeiro.

- Há coisas que não se dizem.

- Que se não dizem só metade; mas, já que disse metade, diga tudo.

Tinha-se sentado numa cadeira ao pé da mesa. Podia estar um tanto confusa, o porte não era de acusada. Pediu-lhe ainda uma vez que não teimasse.

- Não, Bentinho, ou conte o resto, para que eu me defenda, se você acha que tenho defesa, ou peço-lhe desde já a nossa separação: não posso mais! (ASSIS, 2012, p.175)

Capitu mantém-se em silêncio diante das acusações do marido. Resolve se afastar dela e do filho, exilando-os. Após a morte da mulher e do filho, Bento passa a refletir a respeito da personalidade da esposa, deixando escapar das linhas que redige a figura de um homem egoísta e frágil, inseguro, que não soube lidar com a complexidade de uma mulher independente e dona de si. Bento finge admitir que a malícia poderia estar presente apenas nos olhos dele. O triste desfecho da narrativa deixa aspectos intrigantes, pois Bento acusa Capitu de traição sem sequer existir possibilidade de defesa por parte dela. Só ela e Escobar poderiam dizer o que houve entre eles. Contudo, o amigo de Escobar também está morto.

Capitu, nome que fascina. Mulher livre, inteligente, perspicaz e sensual. Resistente aos padrões e costumes sociais do século XIX mesmo existindo em um contexto machista e opressor, mesmo enfrentando todas as adversidades da lógica patriarcal. A personagem luta por seu amor de todas as formas, mas sofre e é condenada pela desconfiança. Capitu é uma personagem eterna, cheia de nuances e sensibilidades. Capitu leva até mesmo a mulher contemporânea a questionamentos sobre sua vida, seus comportamentos, suas carências e se vale a pena aniquilar-se por alguém, seja ele quem for. Há por parte dela a constante busca

interior, o inconformismo, mas que acaba indo ao encontro de um parceiro, mesmo que isso signifique anular-se e ser abandonada no seu relacionamento.

Ainda no que tange à caracterização de Capitu, só possível pelo viés do olhar de Bento, as considerações deixadas por ciumento marido mostram como ela sempre foi dona de si, por isso era julgada pela forma indireta de tentar se libertar de prisões machistas. Capitu deve ser cuidadosamente interpretada, não somente pelos olhos de Bento Santiago, cuja intenção ao longo da narrativa é desonrá-la. Capitu vai muito além disto. Capitu é resistência e luta em um século em que jamais se pensaria nisto. Para a compreensão tanto de Capitu quanto de Bento, as reflexões de Candido (1998) mostram-se bastante pertinentes:

Em tais casos, as personagens obedecem a uma certa concepção de homem, a um intuito simbólico, a um impulso indefinível, ou quaisquer outros estímulos de base, que o autor corporifica, de maneira a supormos uma espécie de arquétipo que, embora nutrido da experiência de vida e da observação, é mais interior do que exterior. Seria o caso dos personagens de Machado de Assis em geral homens feridos pela realidade e encarando a com desencanto. (1998, p. 73)

Mas as palavras finais expressam Bento, que, ferido pela suposta traição, procura por meio de fatos buscar o caráter duvidoso de Capitu, mas não se deve esquecer “que a visão de um ser elaborada por outro ser, é sempre incompleta” como cita Candido (1998, p. 56). Não se pode ter certeza de que Capitu é exatamente como descreve Bento, afinal só se sabe o que ele pensa e diz, são suas lembranças misturadas aos ciúmes e à desconfiança de tantos anos. Por meio de trechos da fase adulta do casal, pode-se perceber isso: “Venho explicar-te que tive tais ciúmes pelo que podia estar na cabeça de minha mulher, não fora ou acima dela. É sabido que as distrações de uma pessoa podem ser culpadas, metade culpadas, um terço, um quinto, um décimo de culpadas, pois em matéria de culpa a graduação é infinita”. (ASSIS, 2012, p. 148) O casal está conversando, e num momento de distração de Capitu que estava olhando o mar, Bentinho sente ciúmes, faz suposições se ela estaria pensando em algo que ele não deveria saber, indaga porque não presta atenção nele. Isso mostra o quanto o ciúme o controlava.

3.3 ENCONTROS E DESENCONTROS ENTRE LALAU E CAPITU

Como visto nos capítulos anteriores, as mulheres não tinham muito o direito de pensar, viviam dentro de casa, aprendendo trabalhos domésticos e como ser uma boa mãe e esposa; não trabalhavam fora e deveriam ser obedientes aos seus maridos. No entanto, ao longo do

século XIX, sobretudo com o ingresso de valores burgueses trazidos da Europa, a mulher começa a avançar além das fronteiras domésticas e a ocupar um espaço maior na sociedade, ainda que em passos lentos. Surgem então mulheres escritoras, jornalistas, professoras e cortesãs. Por meio da Literatura e da construção de suas personagens, Machado consegue captar essas mudanças.

Nesse sentido, é possível notar traços em comum na personalidade de Lalau e de Capitu, visto que ambas são descritas como independentes e destemidas, mesmo com a diferença temporal entre elas - uma do início do século XIX e outra do final. Apesar de sua ingenuidade, Lalau é muito decidida, uma vez que é descrita pelo narrador ora como menina, ora como mulher – em alguns momentos tinha atitudes de menina levada, “andava atrás do pavão, em vez de estar à mesa conosco” (ASSIS, 2001, p. 15) e em outros tinha postura de uma mulher decidida ao ter certeza de que queria “não depender de ninguém” (ASSIS, 2001, p. 54). E Capitu, por sua vez, é esperta, inteligente, de personalidade forte, levando-a a ser vista como dissimulada. Sobre a personalidade dela, Lúcia Miguel-Pereira (1988, p.33) diz, “Capitu, felina, ondulante, cheia de manhas e recursos, já se revelava, desde então, mulher até a ponta dos dedos.” É possível afirmar que Capitu, embora sutil como sua antecessora, é mais voraz, radical e, para os padrões da época, mais ousada e insurgente.

A jovem Lalau se contrapõe ao tradicionalismo retratado na narrativa; casa, hábitos e pessoas exalavam um cheiro de vida muito antiga, como sugere o cômico narrador ao destacar que, “onde os dias, ao contrário de um rifão peregrino, pareciam-se uns com os outros; as pessoas eram as mesmas, nada quebrava a uniformidade das cousas, tudo quieto e patriarcal” (ASSIS, 2001, p. 5). No entanto, Capitu vai além, pois mesmo menina já se mostrava a mulher que seria muito diferente daquelas de sua época e nem desistiria de seus desejos, era senhora de si. E, como dito anteriormente, dotada de uma inteligência ímpar, sabia muito bem como transitar entre suas vontades e suas obrigações enquanto subjugada a uma ordem social. Seria ingênuo afirmar que Capitu quebrou essa ordem, pois apenas se adaptou a ela. É importante considerar, atestando isso, as palavras de Schwarz:

Capitu não é Capitu só porque pensa com a própria cabeça. Embora emancipada interiormente da sujeição paternalista, exteriormente a ela tem de se haver com essa mesma sujeição, que forma o seu meio. O encanto da personagem se deve à naturalidade com que se move no ambiente que superou, cujos meandros e mecanismos a menina conhece com discernimento de estadista. É como se a intimidade entre a inteligência e o contexto retrógrado comportasse um fim feliz, uma brecha risonha por onde se solucionassem a injustiça de classe e a paralisia

tradicionalista. (2000, p. 25).

Ou seja, Capitu apresenta claramente a condição da mulher de sua época, está submetida ao já estabelecido, conserva o padrão; mas em seu discurso interior, em seu pensamento, ela refuta o papel que lhe foi imposto na sociedade brasileira. E isto é perceptível em diversos momentos durante a trama, como no trecho a seguir, em que ela se propõe a ser como Júlio César, “um homem que podia tudo”:

Capitu não achava bonito o perfil de César, mas as ações citadas por José Dias davam-lhe gestos de admiração. Ficou muito tempo com a cara virada para ele. Um homem que podia tudo! que fazia tudo! Um homem que dava a uma senhora uma pérola do valor de seis milhões de sestércios! (ASSIS, 2012, p. 39).

Em síntese, Capitu reproduz os costumes brasileiros familiares do final do século XIX, entretanto, começa a se desenlaçar das amarras do passado.

Outra situação que faz com que a trajetória de Lalau encontre a de Capitu. É no episódio ocorrido no capítulo XVIII de *Dom Casmurro*, no qual D. Glória decide enviar o filho ao seminário e isso acaba se tornando um empecilho para que Bentinho e Capitu fiquem continuem o namoro. Foi algo totalmente inesperado para Capitu como é possível perceber no relato de Bento:

Capitu, a princípio, não disse nada. Recolheu os olhos, meteu-os em si e deixou-se estar com as pupilas vagas e surdas, a boca entreaberta toda parada. Então eu, para dar força às afirmações, comecei a jurar que não seria padre. Capitu não parecia crer nem descreer, não parecia sequer ouvir; era uma figura de pau. (ASSIS, 2012, p. 23)

A partir deste episódio, é possível afirmar que a mesma lógica sucede a Lalau, pois algo parecido acontece com ela, já que D. Antônia não se apetece com a relação entre seu filho e a jovem, criando, em razão disso, algumas situações que visam separá-los. O narrador observa esse fato quando a matriarca lhe pede para que o filho o acompanhasse à Europa:

Há de parecer singular que não me lembrasse logo do pedido de D. Antônia para que o filho me acompanhasse à Europa, e o não ligasse a este amor nascente: lembrei-me depois. A princípio, vendo a afeição com que ela tratava a mocinha, cuidei que os aprovava. Mais tarde, quando me recordei do pedido, acreditei que esse amor era para ela o remédio ao mal secreto do filho, se algum havia, que me não quisera revelar. (ASSIS, 2001, p. 20)

Visando a destruir um possível relacionamento do filho com a agregada, D. Antônia revela ao narrador que existiria uma suposta consanguinidade entre Félix e Lalau. A alegação

implica o próprio marido. De acordo com D. Antônia, o ex-ministro teria tido um caso com a mãe de Lalau, e ela seria fruto disso. Consequentemente, os jovens não poderiam ficar juntos. Todavia, o leitor que acompanha o cônego-narrador percebe que se trata apenas de mais uma tentativa da matriarca de separar os jovens:

– D. Antônia negou-me tudo a princípio, mas acabou confessando o que ninguém poderia então supor. Ela ignorava os amores do marido; inventara a filiação de Lalau, com o único fim de obstar ao casamento. Confessou tudo, francamente, alvoroçada, sem saber de si. Creio que, se repousasse por algumas horas, não me diria nada; mas apanhada de supetão, não duvidou expor os seus atos e motivos. A razão é que o golpe recebido fora profundo. (ASSIS, 2001, p. 58-59)

A despeito disso, o cônego pontua o cerne da questão da distância social entre os jovens, quando reflete sobre Lalau ser admitida na intimidade da família e até mesmo ter sido a matriarca que lhe deu a educação:

Daí a intimidade desta mocinha, que chegava a infringir a ordem austera da casa, não indo para a mesa com a dona dela. Lalau andava na própria sege de D. Antônia. D. Antônia cuidou de lhe completar a educação; sabia ler e escrever, coser e bordar; aprendia agora a fazer crivo e renda (ASSIS, 2001, p.15)

Mas casar com filho de ministro e aspirante a ministro revela-se improvável, visto que, no decorrer da narrativa, D. Antônia confirma a hipótese do cônego de que a história do incesto era falsa quando ele a questiona em uma conversa rotineira, e a mulher deixa explícito o seu desagrado ao mostrar com bastante clareza seus preconceitos de classe:

– Quer ouvir por que razão não podem casar? Porque não podem. Não lhe nego nada a respeito dela; é muito boa menina, dei-lhe a educação que pude, não sei se mais do que convinha, mas, enfim, está criada e pronta para fazer a felicidade de algum homem. Que mais há de ser? Nós não vivamos no mundo da lua, Reverendíssimo. Meu filho é meu filho, e, além desta razão que é forte, precisa de alguma aliança de família. Isto não é novela de príncipes que acabam casando com roceiras, ou de princesas encantadas. Faça-me o favor de dizer com que cara daria eu semelhante notícia aos nossos parentes de Minas e de S. Paulo? Mas nesse caso que mal há em casar com o Vitorino? Filho de segeiro não é gente? (ASSIS, 2001, p. 33)

Como a narrativa deixa evidente, Lalau havia recebido a educação da matriarca da família e havia crescido como se fosse filha. Por outro lado, ao demonstrar que gostaria de casar com Félix, Lalau sinalizou desconhecer a forte hierarquia na família, por pertencer à camada dos que não têm nada seu, indigna de sequer pensar ou pleitear um matrimônio com o filho-família.

Isto posto, apesar da educação da menina ter advindo da chefe da família, ela continuava

sendo apenas uma agregada, ou seja, dependia indiretamente da matriarca. Lalau, ocupa a classe daquelas pessoas que eram livres e dependentes, uma vez que ela não pertence à ordem senhorial, tampouco é uma escrava.

Esse é o grande desencontro entre a trajetória de Lalau e Capitu. De forma alguma, a matriarca da família, D. Antônia, aceitaria a jovem agregada como esposa de seu filho, levando-a até mesmo a fazer intrigas e escolhas com graves consequências somente para impedir a consagração do matrimônio. E por fim, Lalau permanece sem ascender socialmente e sem se casar com quem nutre grande afeto, ou seja, para a jovem agregada não há mudanças significativas da realidade. Diferentemente da situação de Lalau, Capitu era pobre, mas não claramente uma agregada, seu pai tinha até mesmo propriedade. Estando numa situação socioeconômica mais confortável, é aceita pela família de Bento Santiago, mesmo com algumas ressalvas de D. Glória. No entanto, a jovem não hesita em fazer o que for possível para conquistar seus desejos e anseios. Por exemplo, ao saber que Bentinho será mandado ao seminário, a jovem Capitu, com seus 14 anos, planeja, maquina formas de impedir que isto aconteça. Primeiro, ela demonstra uma rebeldia, uma insubordinação, inadequadas a uma menina pobre, como se pode atestar pelo testemunho do narrador:

— Beata! carola! papa-missas. Fiquei aturdido. Capitu gostava tanto de minha mãe e minha mãe dela que eu não podia entender tanta explosão. [...] Quis defendê-la, mas Capitu não me deixou, continuou a chamar-lhe beata e carola [...]. Nunca a vi tão irritada como então; parecia estar disposta a dizer tudo a todos. Cerrava os dentes, abanava a cabeça... (ASSIS, 2012, p. 23).

Entretanto, ao perceber a reação de Bentinho, ela recua, reflete acerca de sua atitude e decide tomar uma atitude diferente e que a beneficie mais, agindo com inteligência emocional. Em outro momento, ela e Bento são flagrados pelo pai dela de mãos dadas, mesmo sendo essa uma situação constrangedora, na qual ele permanece calado por estar nervoso; Capitu toma a frente na situação dando uma resposta rápida ao pai, mentindo facilmente que jogavam siso:

E séria, fitou em mim os olhos, convidando-me ao jogo. O susto é naturalmente sério; eu estava ainda sob a ação do que trouxe a entrada de Pádua, e não fui capaz de rir, por mais que devesse fazê-lo, para legitimar a resposta de Capitu. Esta, cansada de esperar, desviou o rosto, dizendo que eu não ria daquela vez por estar ao pé do pai. E nem assim ri. Há coisas que só se aprendem tarde; é mister nascer com elas para fazê-las cedo. (ASSIS, 2012, p.23)

Essa situação só comprova a habilidade de Capitu de conseguir o que anseia. De fato, ao

longo da narrativa, ela parece estar focada em seus objetivos. Prova disso é seu matrimônio com Bento Santiago. Ambos se casam por afetividade, já que se conhecem desde criança e são vizinhos. No entanto, também como mulher de sua época, inserida em uma sociedade, que o casamento era visto como um mercado matrimonial, Capitu usa deste fato, para ascender socialmente. E sua sustentação de posição, na ordem social moderna e burguesa do Brasil do século XIX, vinha do patrimônio que seria adquirido por intermédio do matrimônio. Portanto, ela lutou para consolidar essa posição. Inteligente e astuta, mesmo dentro do sistema social em que vivia, sabia “a diferença entre compensação imaginária e realidade, e não tem apreço pelas primeiras”. (SCHWARZ, 2000, p. 24).

Capitu está inserida em uma sociedade, como já explanado em capítulos anteriores, em que é regida por valores morais e religiosos, e espera-se a submissão da mulher conforme ressalta Candido (1998, p. 45) “Como seres humanos encontram-se integrados num denso tecido de valores de ordem cognoscitiva, religiosa, moral, político-social e tomam determinadas atitudes em face desses valores”. Assim, pode se dizer que a personagem vive dentro de um ambiente social em que se espera que ela respeite as regras, vivendo dentro de uma moral socialmente aceita. Mas, ainda assim, alguns comportamentos de Capitu são vistos com maus olhos por aqueles que pertenciam a sua esfera social, pois ela se mostrava uma mulher que pensava a frente de seu tempo e que ansiava por mudanças significativas.

Por fim, é necessário, no entanto, voltar às noções de subordinação senhorial e paternalistas aplicadas nos capítulos anteriores. Capitu, tal como Lalau, é produto dessa lógica, porém, pode-se dizer que a dona dos olhos de ressaca exibia uma certa vantagem sobre a agregada. Mesmo assim o final de ambas é marcado por preceitos dominados pelo machismo advindo do patriarcado e sua perversa lógica de valores sociais. No caso de Lalau, o fato de não pertencer à mesma camada social que Félix impede-a de ficar com ele. No que diz respeito a Capitu, apesar do matrimônio e da ascensão social e econômica, ela é tida como adúltera devido às desconfianças de um marido ciumento e incapaz de lidar com uma mulher que sabia o que queria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho aqui realizado mostra um estudo focado nas perspectivas machadianas de protagonismo feminino analisadas nas personagens Lalau e Capitu de *Casa Velha e Dom*

Casmurro. O nosso interesse em apontar nossas análises é o de resgatar obras machadianas e interligá-las como um produto social de exposição da condição feminina do século XIX. Segundo Duarte (2002), Machado traz em suas representações femininas, a soberania da sociedade patriarcal, em figuras sempre marcantes de personalidade, porém destinadas ao fracasso em detrimento dos moldes patriarcais. Sociedades com marcas patriarcais foram frequentemente retratadas em romances brasileiros no século XIX. As mulheres eram submissas primeiramente às ordens de seu pai e em seguida passavam a ser submissas ao marido. Além disso, as mulheres deviam seguir as regras impostas pela sociedade, aprendendo desde cedo a cuidar da casa, do marido e da família. Elas aprendiam a bordar, costurar e o que fosse necessário para conseguir um casamento. Dessa forma, os matrimônios eram vistos como um negócio, capaz de elevar a posição social daqueles menos favorecidos. A mulher, ao longo de muitas civilizações, mudanças de séculos, revoluções, esteve em papel subalterno do patriarcado, esse que sempre permeou os moldes da família, da educação, da sociedade, e do trabalho. Influenciado pelo ideário católico de moralidade social e submissão de poderes, o patriarcado se une à religião e ao capitalismo dominando de forma soberana os moldes familiares.

Na literatura do século XIX as mulheres eram representadas, em sua maioria, em condição de submissão. Mulheres em um contexto romântico de idealização da família, da moral e dos bons costumes, dos quais só eram incumbidos pela responsabilidade da mulher. Dois pesos e medidas diferentes, é assim que a literatura veio recontando de muitas formas as relações de gênero ao longo dos séculos. Nada mais certo que a literatura problematizar as questões sociais e críticas como forma de escrever a história. Esse papel da literatura em trazer um caráter figurativo para as experiências sociais de cada autor, torna a interpretação um produto de transformação social, gerando um debate acerca de como os padrões sociais antigos se recriam de forma implícita nas gerações futuras.

A literatura, mesmo que de forma ficcional, desperta no leitor a associação com a realidade, ali o sujeito se vê, vê o outro, vê o que foi e o que poderia ser, e cabe a ele interpretar o mundo ou agregar suas convicções às transformações sociais atuais. A literatura que conta a história das mulheres é aquela que nos tempos antigos era contada pelos homens, muito dessa literatura contada por influências patriarcais não cabe a identificação literal, mas cabe a percepção do que era o protagonismo feminino da sociedade, de como a mulher era vista, pelos homens, pela igreja, pela história. Quando o sujeito se reconhece em uma história ficcional de

um tempo tão remoto, esse pode sentir a necessidade de transformar esse padrão antigo em novos hábitos sociais.

As mulheres que protagonizam os romances em questão não estão de fato acomodadas à ordem patriarcal, assim como ocorria com as heroínas românticas. Elas tentam livrar-se das amarras impostas, trazendo consigo as vozes implícitas das mulheres privadas de seu direito de escolha. Machado traz em sua construção feminina de Lalau e Capitu dois contextos de vivências sociais femininas. As personagens analisadas são prendadas e aprendem a cuidar do próprio corpo e preservá-lo, a fim de conseguir um bom casamento. Tudo que envolve o feminino patriarcal é o que permeia as vidas das personagens, mas essas vivem acontecimentos que se desencontram com a moralidade social oitocentista. Lalau e Capitu representam a condição feminina nesse passado transcrito por Machado de Assis, entre suas tramas estão mulheres que desde cedo buscam um espaço na sociedade e que de certa forma não compreendem as imposições. Nesse sentido, cabe ressaltar que as personagens também representam não só o papel feminino na sociedade, mas também as opressões advindas dos conceitos dominantes.

Lalau vive em um contexto escravocrata, no qual representa as mulheres livres, agregadas e dependentes, ela representa uma transposição de como os regimes sociais aprisionam a liberdade individual das mulheres, sobretudo em uma época em que se falava em liberdade sem dar condições às mulheres. Lalau conta a história da mulher nesse período, no qual seu destino é ditado pelo que a sociedade achava julgar certo para as relações. Uma mulher agregada com um homem de classe mais rica é visto como um escândalo familiar, suscetível de muitas práticas tacanhas para que o relacionamento entre ambos não prospere. Assim como Capitu, uma vítima da sociedade patriarcal que tinha como estratégia desmoralizar a mulher a fim de servir a preferência senhorial, essa que também é quase impedida de viver seu amor, e quando vive é subjugada à assumir um papel imoral por conta da influência patriarcal no julgamento de sua conduta. O protagonismo feminino aqui, é apontado como a resiliência feminina de se permanecer em busca da realização de seus desejos mesmo em um contexto opressor de silenciamento. As mulheres machadianas assumem um papel diferente das posições normais da sociedade do século XIX. Esse protagonismo pode ser analisado como um levantamento das condições femininas que poderiam ser interpretadas a quem é sensível à crítica machadiana.

Mesmo que de forma sucinta as personagens Lalau e Capitu trazem os primeiros sinais de empoderamento provenientes do século XIX, Lalau antes disso já nos mostra como a

condição de busca por emancipação é algo que vem muito antes das primeiras lutas de gênero. Elas trazem consigo os primeiros questionamentos que começaram a permear as convicções de muitas mulheres da época, não só nelas surgiu esse sentimento de que poderiam ser mais, mas em muitas outras, e assim toda essa contradição existente nas narrativas das personagens cabem como um pano de fundo para leitores da época se sentirem motivados a questionamentos parecidos.

O empoderamento feminino observado na literatura pode ser um motriz para que as mulheres se reconheçam como protagonistas da sua própria história. Sendo assim, o empoderamento feminino é uma consequência inevitável das análises sociais feitas ao longo dos séculos. Percebe-se que essas perspectivas vêm sendo cada vez mais discutidas no século XXI. Isso permite que as mulheres tomem conhecimento de acontecimentos sociais e históricos que influenciaram seu destino, e que podem ser hoje analisados e transformados. A análise literária quando tange à condição feminina pode ser vista como instrumento de empoderamento. Tomar conhecimento do que se foi é unir forças para resistir ao que não se quer mais ser, interpretar é empoderar quem busca na literatura um aparato de perspectivas para se reinventar como ser político, “Empoderar significa nos apropriarmos do nosso direito de existir na sociedade.” (SOUZA, 2016).

REFERÊNCIAS

ASSIS, Machado. **Casa Velha**. São Paulo: Editora Ct, 2001.

ASSIS, Machado. **Dom Casmurro**. São Paulo: Editora Ática, 2012.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Tradução Sérgio Milliet. 2. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BOSI, Alfredo. **Machado de Assis – o enigma do olhar**. São Paulo: Ática, 1999

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 6º ed. Rio de Janeiro 2009.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 2º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CANDIDO, Antonio. **A personagem de ficção**. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

DEL PRIORE, Mary. **A história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

DUARTE, Eduardo de Assis; BEZERRA, Kátia da Costa (orgs.). **Gênero e representação: teoria, história e crítica**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

FOLLADOR, Kellen Jacobsen. **A mulher na visão do patriarcado brasileiro: uma herança ocidental**. Revista Fotos & Versões, n. 2 v. 1, 2009. Disponível em: <https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/31446858/REVISTA_FATOS_E_VERSOES_-_MULHER_NO_PATRIARCADO_BRASILEIRO> Acesso em 01 de jul. de 2021.

FOUCAULT, Michael. (2015). **História da sexualidade 1: a vontade de saber (3a ed.)**. São Paulo, SP: Paz & Terra. Trabalho original publicado em 1976.

FREITAS, Luiz Alberto Pinheiro de. **Freud e Machado de Assis: uma intersecção entre psicanálise e literatura**. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

GLEDSON, John. **Machado de Assis: ficção e história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GLEDSON, John. **Machado de Assis: impostura e realismo. Uma reinterpretação de Dom Casmurro**. Tradução de Fernando Py. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

HAHNER, June. **Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil (1850-1940)**. Florianópolis: Mulheres, 2003.

LORDELLO, Josette Magalhães. **Entre o Reino de Deus e dos Homens: a secularização do casamento no Brasil do século XIX**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

MANOEL, Ivan Aparecido. **Igreja e educação feminina (1859-1919). Uma face do conservadorismo**. São Paulo: Editora UNESP, 1996.

MIRANDA, C. M. **Os movimentos feministas e a construção de espaços institucionais para a garantia dos direitos das mulheres no Brasil**. In: NIEM / UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/nucleomulher/arquivos/os%20movimentos%20feministas_cyntia.pdf> Acesso em 05 de jul. de 2021.

PEREIRA, Lúcia Miguel. **Machado de Assis (Estudo Crítico e Biográfico)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1988.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

RANGEL, Maria Lúcia Silveira. **As personagens femininas na obra de Machado de Assis**. Disponível em: <<http://kplus.cosmo.com.br/matéria.asp?co=literatura>> Acesso em: 20/06/21

RIBEIRO, Igor. **Revista Discutindo Literatura Especial**: Editora Escala nº 01, s/d.

RIBEIRO, Luis Felipe. **Mulheres de Papel. Um estudo do imaginário em José de Alencar e Machado de Assis**. 2ª edição. Rio de Janeiro. Florence Universitária: Fundação Biblioteca Nacional. 2008.

RONCARI, Luiz. **Lúcia / Miguel: romance e crítica**. São Paulo: Revista USP, 2015.

SANTIAGO, Camila dos S.; SANTOS, Cláudia M. FARIAS; Milaine S; MOTA, Ronara V. N. **Mulheres machadianas: submissão e resistência.** *III SEPEXLE – Seminário de Pesquisa e Extensão em Letras*, 2010, Ilhéus. Caderno de Resumos do III SEPEXLE – Seminário de Pesquisa e Extensão em Letras. Ilhéus, 2010.

SAFIOTTI, Heleieth. **A Mulher na Sociedade de Classes: mito ou realidade.** Petrópolis: Vozes, 1976.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república.** São Paulo: Brasiliense, 1999.

SCHWARZ, Roberto. **Ao Vencedor as Batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance do romance.** 5. ed. São Paulo: Duas Cidades, 2000.

SOUZA, Babi. **Vamos juntas?: O guia da sororidade para todas.** 1. ed. rev. Rio de Janeiro: Galera Record, 2016.

STEARNS, Peter. **História das relações de gênero.** Trad. De Mirna Pinsky. São Paulo: Contexto, 2007.

STEIN, Ingrid. **Figuras femininas em Machado de Assis.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

TELES, Amelinha. **Breve história do feminismo no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1999.

XAVIER, Therezinha Mucci. **A Personagem Feminina no Romance de Machado de Assis.** 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Galo Branco, 2005.